

**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª
REGIÃO**

**Pregão Eletrônico: nº 23/2019
Processo e-PAD nº 35898/2019**

SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.670.079/0001-81, sediada à Rua Alvarenga, nº 361, Bairro: Dom Bosco, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.850-290, vem respeitosamente, por intermédio de seu sócio administrador abaixo assinado, vem perante V.Sra. **apresentar CONSIDERAÇÕES em face ao documento intitulado pela empresa Campos como Tréplica:**

No dia 28/08/2020, a empresa Conservadora Campos, apresentou perante essa douta comissão de licitação um documento autointitulado como Tréplica em face às contrarrazões apresentadas pela empresa Santa Fé nos autos do processo licitatório decorrente do pregão 23/2019, ocorre que o aludido documento não tem condão de instruir o processo, uma vez ser claramente improprio, intempestivo e antijurídico, devendo ser desentranhado dos autos epigrafados afim de assegurar a lisura e seriedade do processo licitatório.

Pois bem,

Ao longo dos anos, a empresa Santa Fé, vem prestando serviços de qualidade para vários órgãos da administração pública, não possuindo nenhum fato que lhe desabone, sendo até mesmo, detentora de atestados de capacidade técnica emitidos pelo próprio TRT3, todavia, a empresa recorrente vem tentando manchar sua ilibada reputação, uma vez que durante todo o processo licitatório trouxe dúvidas em relação a sua conduta.

As alegações feitas pela empresa recorrente são agressivas e acabam por ofender a dignidade da própria comissão de licitação do TRT3, uma vez que apresentam insinuações

sobre a competência dessa instituição para processar e promover justo julgamento em processo de seleção de empresa prestadora de serviços.

Sabe-se que o TRT3 possui normas extremamente rigorosas e em atendimento a legislação para contratação e gestão de contratos de seus fornecedores, inclusive, o próprio pregão eletrônico 23/2019 vem sendo alvo de grande cautela pela comissão de licitação deste tribunal, que por inúmeras vezes submeteu o processo ao crivo de seu departamento jurídico, sendo este impecável em suas decisões, já que todas se encontram amparadas pelas leis que regem as normas de contratação pública, bem como as regras trabalhistas postas em nosso ordenamento jurídico.

Sobre isso, urge destacar que é ventilado no mercado que uma empresa habilitada em processo licitatório promovido pelo TRT3 está apta à prestar serviços em qualquer ente da administração pública, tendo em vista o excessivo zelo promovido por esse Egrégio Tribunal em suas contratações.

Ainda assim, a recorrente insiste em tumultuar um certame em que é 7ª colocada, com chances praticamente nulas de se lograr vencedora, ainda que (indevidamente) fosse desclassificada a empresa recorrida.

O que pretende a recorrente é que o Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região ignore a economia de quase 5 milhões de reais (ao longo dos anos e com consequentes renovações contratuais legais) em detrimento de interesse particular, ao desclassificar a empresa fornecedora de melhor lance para contratar empresa 7ª colocada no pregão e com preço **extremamente elevado**.

Ora, se assim fosse, estaria aniquilado o princípio da economicidade das contratações públicas pelo fato de a recorrente insurgir contra maciça jurisprudência dessa corte, bem como o parecer exarado pelo departamento jurídico da contratante.

Uma das caracterizas predominantes em licitações é o fato de que todo o procedimento deve caminhar em similaridade com processos judiciais, isto porque a licitação é **processada e julgada**! Inclusive, em estrita observância a princípios tais como, **contraditório e ampla defesa** (Art. 49, § 3º; Art. 109 e Art. 78 § único da lei 8.666/93).

Diante disso, tem-se que peças meramente procrastinatórias, intempestivas e com conteúdo antijurídico devem ser **desentranhadas** dos processos, por essa razão requer a empresa recorrida que essa douta comissão de licitação promova o **desentranhamento** da

petição autointitulada como tréplica conforme se posiciona a jurisprudência.

Ademais, como dito, a matéria apresentada neste documento, nada mais é que uma remontagem da notificação extrajudicial interposta pelo SEAC e o recurso apresentado pela empresa, não passando de mera indignação por não ter alcançado melhor colocação no pregão eletrônico de nr 23/2019.

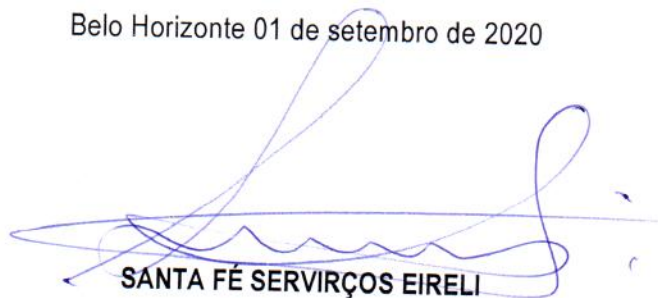
Sabe-se que o referido documento foi recebido pelo setor de licitações do TRT3 com a intenção de assegurar maior transparência ao certame, todavia, após análise detida do conteúdo procrastinatório da petição, deve essa douta comissão declarar a impossibilidade de conhecimento do presente documento em face da ausência de elemento jurídico apropriado ao caso em comento.

Desta forma, ao indeferir a inclusão de tal documento, o TRT3 irá enaltecer o princípio da legalidade no processo licitatório, nos termos do que define o art. 3º da lei 8.666/93.

ISTO POSTO, requer a recorrida que V.Sras. promovam o desentranhamento do documento autointitulado TRÉPLICA e protocolado no dia 28/08/2020 pela empresa Conservadora Campos.

Nestes termos pede e espera deferimento

Belo Horizonte 01 de setembro de 2020



SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI

CNPJ nº 05.670.079/0001-81